



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

**Ata da 80ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento
Rural Sustentável (CEDRS)**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dezessete minutos da manhã, foi realizada a 80ª Reunião Anual Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, na Sala de Convivência da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), situada na Avenida Luiz Viana Filho, Conjunto SEPLAN, CAB, Salvador/BA, realizou-se a 80ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Participaram da reunião, representando o Poder Público: a Sr.ª **Elisabete de Oliveira Costa Santos** (Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR e Presidente do CEDRS); o Sr. **Adriano Bouzas** (Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI); o Sr. **Thiago dos Santos Xavier** (Secretaria do Planejamento – SEPLAN); o Sr. **Clerisvaldo Santos Paixão** (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES); o Sr. **Deilton Alencar Fernandes** (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); o Sr. **Ciro Cedraz** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA); o Sr. **Henrique Gomes do Carmo** (Superintendência Federal da Agricultura da Bahia – MDA); a Sr.ª **Adriana Maria Moura Bonifácio** (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE); o Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR); o Sr. **Marivaldo Dias** (Secretaria de Relações Institucionais – SERIN); a Sr.ª **Marise Machado Caribé** (Superintendência Bahiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHIATER); e o Sr. **Paulo Henrique Alves Silva** (Superintendência de Desenvolvimento Agrário – SDA). Pela Sociedade Civil, participaram: o Sr. **Paulo Ricardo Souza Soares** (Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia – FETAG); a Sr.ª **Eleneide Alves Cordeiro Carneiro** e o Sr. **Ubiramar Bispo de Souza** (Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET); o Sr. **Clérison Belém** (Articulação do Semiárido – ASA); o Sr. **Carlos Alberto F. dos Santos** (Movimento de Luta pela Terra – MLT); o Sr. **Romário de A. Matos** (Movimento Pastoral Rural); o Sr. **Ezequiel França** (Via do Trabalho); o Sr. **Edivagno de Matos Rios** (Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA); o Sr. **José Nivaldo Santana Costa** e o Sr. **Crispim Ribeiro** (Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia – AECOFABA); a Sr.ª **Soraya Luiza Correia dos Santos** (Frente de Trabalhadores Livres – FTL); o Sr. **Vasco Zugno Aguzzoli** (Movimento Social dos Povos Brasileiros – MSPB); o Sr. **Raimundo Nonato** (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU); o Sr. **Ivan Fontes** (Fórum de Cooperativismo); e a Sr.ª **Magnólia** (Movimento Mulheres Camponesas – MMC). Entre os(as) convidados(as) participaram: a Sr.ª **Rita Sacramento** (ISAC-SUTRAG/SDR); o Sr. **Eduardo Alban Cruz** (representante do Banco do Brasil); o Sr. **Osvaldo Santos Oliveira** (INCRA); o Sr. **Helvio José Pereira Cerqueira** (Técnico/Convênio CAR/INCRA); o Sr. **Ezequiel F. Santos** (Conselheiro/Adelnor/Via Trabalho); o Sr. **Genival Lima Sampaio** (BNB-SUPER); o Sr. **José Eduardo Tosato** (Casa Civil do Estado da Bahia); a Sr.ª **Kécia Souza Rios Lima** (BAHIATER/CTEJR); o Sr. **Antônio Gomes da Silva Neto** (Superintendente da SUAF/SDR); o Sr. **Nielson Pereira da Silva Bonfim** (Diretor de Políticas Territoriais – SDR/SUTRAG); a Sr.ª **Simone Maria de Figueiredo S. Araújo** (APG/SDR); o Sr. **Alexandre F. Simões** (Diretor-Geral da CAR); e o Sr. **José Augusto Tosato** (Casa Civil do Estado da Bahia). Registra-se ainda



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

a presença da Sr.^a **Kamilla Ferreira** (Projeto Sertão Vivo) e do Sr. **Ivan Fontes** (Representante do Fórum de Cooperativismo/Assessor Técnico de Projetos). **1. Abertura dos trabalhos e Informes.** Às 09h17min, a sessão foi iniciada pelo Sr. **Danilo Conceição dos Santos** (Secretário da 80ª Reunião Ordinária), que deu as boas-vindas aos presentes e passou a palavra ao Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR). **1. Abertura dos Trabalhos e Informes – Apresentação da Secretária e nova Presidente do Conselho. Informes; Informes acerca da atualização do Regimento Interno do CEDRS; Apresentação do Movimento de Mulheres Camponesas; Reunião Ordinária do CONDRAF – 3ª CNDRSS. FEBAFES. 2. Balanço das ações da SDR; 3. Plano Safra – Panorama Estadual; 4. Projeto Sertão Vivo; 5. Plano Estadual de Agroecologia; 6. Fenômeno EL Niño: efeitos e possíveis ações para mitigação. 6. Apreciação das decisões ad referendum, bem como das renovações dos novos credenciamentos de entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER; 7. Análise e homologação dos CMDS/CMDRS; 8. Considerações da Plenária; 9. O que ocorrer.** Após aprovação da pauta o Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) cumprimentou a todos e apresentou a Sr.^a **Elisabete de Oliveira Costa Santos** (Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR e Presidente do CEDRS) como a nova presidente do Conselho. A Sr.^a **Elisabete de Oliveira Costa Santos** (Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR e Presidente do CEDRS) cumprimentou os conselheiros e demais presentes, agradeceu pela recepção e registrou que, embora seja sua primeira vez no comando da SDR e do CEDRS, já havia participado das atividades do Conselho durante a gestão do atual governador Jerônimo Rodrigues na secretaria. Em seguida, declarou aberta a Reunião às 09h22min.

1. Informes e Pauta da Reunião – O Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) esclareceu que a reunião contaria com quatro informes, dentre os quais a discussão do Regimento Interno do CEDRS, e informou que convocará uma reunião extraordinária do Conselho especificamente para analisar e submeter a proposta de Regimento à aprovação. Dando prosseguimento, o Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) chamou a representante do Movimento Mulheres Camponesas, Sr.^a **Magnólia** (Representante do Movimento Mulheres Camponesas). Diante da sua ausência temporária no momento, adiantou a pauta para a apresentação do balanço de ações da SDR. A Sr.^a **Elisabete de Oliveira Costa Santos** (Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR e Presidente do CEDRS) fez um breve histórico da sua trajetória profissional, destacando sua atuação no IFBA (2015-2019), na SDR como diretora da SUAF durante a gestão de Jerônimo Rodrigues, sua representação do governo estadual em Brasília e seu retorno à pasta em abril de 2026 a convite do Governador. Enfatizou que sua trajetória sempre foi pautada no fortalecimento da agricultura familiar em parceria com as organizações sociais. Com o retorno do ponto de pauta, a Sr.^a **Magnólia** (Representante do Movimento Mulheres Camponesas) fez uso da palavra, apresentando a atuação e os 40 anos de história do Movimento Mulheres Camponesas. **Articulação e Propostas para a Agricultura Familiar.** O Sr. **Clérison Belém** (Representante da Articulação do Semiárido – ASA) ponderou a necessidade de integração entre as pautas do Conselho Nacional, Estadual e Conselhos Municipais. Apontou que muitas orientações não alcançam a esfera municipal. Mencionou que a Bahia construiu cerca de oitocentas propostas no âmbito das vinte e sete Conferências, e que a Agenda Nacional organizou estas diretrizes em princípios centrais: justiça climática, equidade de gênero, justiça geracional, etnodesenvolvimento, abordagem territorial e intersetorialidade. Elencou ainda seis diretrizes estratégicas que organizam as prioridades da Conferência em eixos:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

Institucionalização da Transição Agroecológica como política de Estado; Política de crédito, financiamento, pesquisa, inovação e ATER para transição agroecológica; Políticas de reforma agrária e democratização do acesso ao território, terra e água; Políticas de segurança alimentar e nutricional, abastecimento e comercialização; Políticas de promoção da cidadania e do Bem Viver; Estrutura do Estado, governança pública, abordagem territorial e participação social (exemplificando o CEDRS como maior expressão). Por fim, o Sr. **Clérison Belém** (Representante da Articulação do Semiárido – ASA) registrou a inexistência de um plano de desenvolvimento rural integrado e defendeu que a SDR elabore esse planejamento de longo prazo. O Sr. **Ubiramar Bispo de Souza** (Membro da Sociedade Civil da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET) externou preocupação quanto às mudanças legislativas no tocante à temática da alimentação escolar e à revisão da legislação sobre a agricultura familiar, além de defender a expansão do programa de formação para conselheiros estaduais. Por sua vez, o Sr. **Marcos Vanderley dos Santos Barreto** (Membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia – FETAG) chamou a atenção do plenário para o aprofundamento do debate sobre a agroecologia. O Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) ressaltou que as sugestões apresentadas integrarão os debates do Regimento Interno do CEDRS e reafirmou o papel da Bahia na interlocução com o Conselho Nacional. **17ª Feira Baiana de Agricultura Familiar.** Sobre a 17ª Feira Baiana de Agricultura Familiar, o Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) informou a realização da 17ª Feira Baiana de Agricultura Familiar em dezembro de 2026, complementando que o evento ocorrerá no Parque Costa Azul entre os dias dois e seis de dezembro do corrente ano de dois mil e vinte e seis, antecipação motivada pelo encerramento do ano fiscal e para harmonizar a agenda com a edição baiana da Feira Internacional do Chocolate, mantida na segunda semana do mês de dezembro. A Sr.ª **Eleneide Alves Cordeiro Carneiro** (Membro da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET) manifestou a preferência da sociedade civil pelo Parque Costa Azul devido aos bons resultados comerciais, ponderando, contudo, a limitação do espaço físico frente ao crescimento da feira. O Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) ratificou a aprovação da localização e reiterou que a reunião extraordinária sobre o Regimento Interno antecederá a Reunião Ordinária prevista para o período da 17ª Feira Baiana. **2. Balanço das Ações da SDR (2023–2026).** A Sr.ª **Elisabete de Oliveira Costa Santos** (Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR e Presidente do CEDRS) apresentou o balanço detalhado das ações e investimentos da Secretaria: **Panorama Geral e Investimentos:** Foco na regularização fundiária, ATER (com 27 territórios institucionalizados), fomento à produção, agroindústria, comercialização, inovação e pesquisa (CEPEX/centros de pesquisa). De 2023 a 2026, a SDR e a CAR investiram R\$ 2,5 bilhões, sendo R\$ 510,9 milhões aplicados em 2026. **Regularização Fundiária:** Entrega de 951 títulos individuais, 2 títulos coletivos quilombolas em Ibitiara (beneficiando 37 famílias) e 16 escrituras públicas em Itaberaba (49 famílias). No PNCF, registraram-se 78 projetos técnicos com investimento de R\$ 21 milhões. **ATER:** Atendimento a 112 mil famílias via SDR/CAR (56 mil no Bahia Sem Fome e ATER Biomas; 20 mil no Parceiros da Mata; 20 mil no Sertão Vivo; 16 mil em Agroindústrias Dinâmicas). Destacou a parceria BAHATER/MDS (2.200 famílias) e BAHATER/ANATER (1.212 famílias previstas), além de mais de 400 profissionais na ATEG/ATEP, 350 famílias no Programa Mais Mel, emissão de 158.557 CAFs e 1.478 documentos pelo Cidadania Rural. **Fomento à Produção e Equipamentos:** No Garantia-Safra 2025/2026, foram 354



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

mil adesões em 250 municípios e R\$ 68 mil da cota estadual. Entrega de 110 mil mudas do semiárido (umbu/maracujá) para 1.500 famílias; parceria BAHATER/Biofábrica com 668 mil mudas distribuídas (6.958 famílias); entrega de 5 canoas à pesca artesanal; contratação de 10 milhões de raquetes de palma forrageira e distribuição de 5,2 toneladas de sementes (milho/feijão).

Mecanização e Infraestrutura: De 2023 a maio/2026, foram entregues 652 tratores (R\$ 136,9 milhões), com previsão de mais 146 unidades até dezembro/2026 (R\$ 30,6 milhões). Foram entregues 35 retroescavadeiras/escavadeiras (R\$ 15 milhões); 356 tanques-pipa acoplados (R\$ 15 milhões), com previsão de mais 80 unidades (R\$ 3,4 milhões); 323 máquinas forrageiras (R\$ 8,3 milhões), com 135 unidades a entregar (R\$ 3,5 milhões); e 403 kits de irrigação (R\$ 14 milhões), com previsão de 120 adicionais (R\$ 4,2 milhões).

Agroindústria e Comercialização: Apoio a 400 agroindústrias (R\$ 120 milhões em gestão); concessão de 458 selos SIPAF e certificação de 48 empreendimentos (17 liderados por mulheres). Parcerias com prefeituras garantiram 332 mercados municipais construídos ou reformados (R\$ 600 milhões) e 3 Empórios em Salvador, Juazeiro e Senhor do Bonfim.

PNAE e Eventos: Previsão de R\$ 229 milhões em compras da agricultura familiar para alimentação escolar em 2026. Apoio à participação em feiras (Bahia Origem Week, Bahia Farm Show, Naturaltech/Biofach, SuperBahia, Festival do Chocolate de Ilhéus, Feira de Caculé, Expocacau, lojas em shoppings e 12 feiras territoriais).

Conhecimento e Inovação: Projeto Bahia que Produz e Alimenta executando 6 editais (R\$ 89,1 milhões) e 2 a executar (Cabrito/Cordeiro com R\$ 16 milhões e Agroindústria com R\$ 40 milhões). Lançamento do Edital Ciência na Mesa 5 (FAPESB/SDR/CEPEX) de R\$ 6,3 milhões (até R\$ 600 mil por projeto), com inscrições até 11/09/2026. A apresentação do balanço foi encerrada às 10h22min.

3. Panorama do Plano Safra e Crédito Rural. O Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) introduziu o debate sobre o acompanhamento do PRONAF e a atuação dos operadores financeiros. O Sr. **Ivan Fontes** (Representante do Fórum de Cooperativismo/Assessor Técnico de Projetos) apresentou dados do Pronaf na Bahia, registrando a realização de 330 mil operações somando R\$ 4,2 bilhões, ponderando, contudo, que mais de 88% das aplicações concentram-se no Pronaf B. Apontou baixo investimento nas linhas Pronaf Mulher, Jovem e Semiárido, além do reduzido aporte na agroindústria baiana, que resulta em um ticket médio operacional de aproximadamente R\$ 12 mil. Mencionou a fraca adesão ao PRONAF Azul (pesca) e defendeu a necessidade de alinhar a concessão de crédito às políticas da SDR e de ampliar a presença de correspondentes bancários do Banco do Brasil no interior. O Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) concordou com a análise sobre o ticket médio de doze mil reais na Bahia, comparando-o ao Sul do país, onde a média alcança trinta e cinco mil reais por operação. O Sr. **Genival Lima Sampaio** (Agente de Desenvolvimento do BNB – BNB-SUPER/Convidado Externo) pontuou que o principal volume de investimento no Estado concentrou-se na pecuária de corte, favorecido pela redução das taxas de juros do programa. Admitiu que o Banco do Nordeste enfrenta limitações de alcance nos segmentos do Pronaf Mulher e Semiárido, embora tenha atendido o público feminino por meio das linhas gerais. Ressaltou o apoio a cooperativas e agroindústrias via cotas-partes e, ao ser questionado pelo Sr. **Antônio Gomes da Silva Neto** (Superintendente da SUAF/SDR e Suplente no CEDRS) sobre os percentuais de crédito destinados à agroecologia, informou não dispor de dados consolidados naquele momento. O Sr. **Carlos Alberto F. dos Santos** (Titular do Movimento de Luta pela Terra – MLT) criticou a assimetria nos critérios de concessão de crédito do BNB entre regiões vizinhas (a exemplo das diferenças observadas entre Ilhéus e Itabuna



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

no Litoral Sul), cobrando a padronização dos processos de avaliação de projetos. O Sr. **Genival Lima Sampaio** (Agente de Desenvolvimento do BNB – BNB-SUPER/Convidado Externo) explicou que o banco atua por meio de centrais especializadas de análise, inclusive para cooperativas. O Sr. **Eduardo Alban** (Gerente de Estado do BB – Banco do Brasil/Convidado Externo) salientou que a instituição busca cumprir as exigências legais e ampliar a capilaridade no interior para interiorizar o crédito, citando como exemplo positivo o atendimento do PRONAF-B à colônia de pescadores de Itapuã. **4. Projeto Sertão Vivo.** A Sr.ª **Kamilla Ferreira** (Coordenadora do Projeto Sertão Vivo) apresentou a estrutura do projeto resultante de edital do BNDES (2023), abrangendo BA, CE, PB, PI e SE. Explicou que os municípios baianos foram selecionados com base em indicadores de vulnerabilidade hídrica e social do CadÚnico. Explanou que o projeto visa fortalecer a resiliência climática de 75 mil famílias (300 mil pessoas) e 300 comunidades em 49 municípios de 13 territórios de identidade. O financiamento reúne recursos da União, BNDES, Green Climate Fund (mais de R\$ 300 milhões), FIDA e Estado da Bahia, estruturado em três eixos: Componente 1 (Sistemas Produtivos Resilientes): R\$ 164 milhões aplicados em Investimentos em Sistemas Agroflorestais (ISAs Familiar, Coletiva, Quintal e Escolar) com ATER para 20.100 famílias; Componente 2 (Acesso à Água para Produção): R\$ 134 milhões para implantação de 3.100 cisternas-calçadão, 5.350 tecnologias sociais de armazenamento de água e 1.354 sistemas de reúso de águas cinzas; Componente 3 (Conhecimento e Escala): Gestão do conhecimento com recortes específicos para mulheres (R\$ 3,9 milhões) e jovens (R\$ 5,5 milhões). Detalhou a atuação nos núcleos regionais de Bom Jesus da Lapa (7.798 famílias), Juazeiro (10.217 famílias) e Irecê (1.805 famílias). A Sr.ª **Kamilla Ferreira** (Coordenadora do Projeto Sertão Vivo) formalizou a proposta para que o CEDRS assuma o papel de instância consultiva e de controle social do Projeto Sertão Vivo (com atribuições de analisar o POA, apreciar TRIPS no prazo de 10 dias úteis e acompanhar metas), sugerindo a criação de uma Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho (GT) para dar suporte contínuo ao Conselho. O Sr. **Jeandro Laytynher Ribeiro** (Secretário Executivo do CEDRS e Diretor-Presidente da CAR) propôs pautar formalmente a deliberação sobre a aceitação do papel de conselho consultivo do projeto. O Sr. **Carlos Alberto F. dos Santos** (Titular do Movimento de Luta pela Terra – MLT) manifestou ressalvas sobre a proliferação excessiva de Câmaras Técnicas específicas para cada projeto executado. O Sr. **Vasco Zugno Aguzzoli** (Titular do Movimento Social dos Povos Brasileiros – MSPB) questionou a predominância da abordagem desenvolvimentista em detrimento da agroecologia e indagou sobre a quantidade de técnicos especializados atuantes no projeto. A Sr.ª **Kamilla Ferreira** (Coordenadora do Projeto Sertão Vivo) respondeu que a agroecologia está sendo contemplada transversalmente nos eixos educativos e de formação. **5. Plano Estadual de Agroecologia.** O Sr. **Antônio Gomes da Silva Neto** (Superintendente da SUAF/SDR e Suplente no CEDRS) versou sobre o Plano Estadual de Agroecologia, destacando sua matriz nos conhecimentos tradicionais, a necessidade de alinhamento aos planos territoriais e o compromisso de um seminário temático. **6. Fenômeno El Niño: efeitos e possíveis ações para mitigação.** Passando ao ponto de pauta referente ao Fenômeno El Niño: efeitos e possíveis ações para mitigação, a palavra foi concedida ao Senhor **José Eduardo Tosato** (Coordenador Executivo da Casa Civil do Estado da Bahia, convidado externo). O palestrante introduziu o tema esclarecendo que o El Niño se caracteriza como uma alteração climática decorrente do aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, fenômeno que desencadeia severas modificações no clima global. Ressaltou que a intensidade dos impactos guarda relação direta com o grau de elevação da temperatura oceânica, informando que, no corrente ano, restou



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

comprovado um aquecimento de 2 °C (dois graus Celsius) acima da média histórica no Oceano Pacífico. Na sequência, pontuou que as consequências previstas para o Estado da Bahia englobam a ocorrência de incêndios florestais e secas extremas, com elevada probabilidade de sérios prejuízos à agricultura, além de expressiva mortandade na pecuária (bovinos e criações de pequeno e médio porte). Informou haver uma probabilidade de 90% (noventa por cento) de incidência do fenômeno entre os meses de outubro e novembro de 2026. No tocante à Região Nordeste, destacou que os seguintes impactos devem ser objeto de rigoroso monitoramento: índices pluviométricos e térmicos: precipitações abaixo da média histórica aliadas a temperaturas elevadas, cenário que tende a reduzir o potencial produtivo das lavouras; cadeias produtivas e custos: elevação exponencial da demanda por irrigação na fruticultura, com consequente aumento dos custos de produção; pecuária: redução crítica da disponibilidade de recursos hídricos e de pastagens/forragem. O expositor salientou que, para o exercício de 2026, não há previsão de escassez hídrica iminente nos principais reservatórios estaduais; contudo, o retardo no início do período chuvoso poderá acarretar impactos severos ao longo de 2027. Diante disso, recomendou a adoção imediata das seguintes medidas preventivas: monitoramento contínuo da situação hídrica com o acionamento emergencial de carros-pipa para o reabastecimento de cisternas, quando necessário; realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos reservatórios para conter perdas de água. Em seguida, o palestrante detalhou o conjunto de estratégias de enfrentamento a serem implementadas pelos governos estadual e municipais, articuladas por eixos de atuação: Defesa Civil e Governança Local; Recursos Hídricos; Incêndios Florestais; Saúde Pública; Segurança Alimentar e Proteção Social; Obras e Infraestrutura. Dando continuidade, o palestrante apresentou a estrutura do Plano Estadual de Ações de Enfrentamento aos Impactos do El Niño (2026/2027), desdobrado nos nove eixos estratégicos a seguir: Infraestrutura Hídrica; Equipamentos e Maquinário; Segurança Alimentar; Manejo e Nutrição Animal; Garantia-Safra; Crédito Emergencial; Tecnologias Sociais e Conservação de Água; Editais e Assistência Técnica; Defesa Civil. Por fim, o expositor orientou que, para viabilizar a captação de recursos federais destinados a ações de resposta e reconstrução, os municípios devem declarar situação de emergência ou estado de calamidade pública e requerer o reconhecimento federal por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Detalhou o rito procedimental na plataforma: elaboração do decreto; instrução processual; tramitação digital; e acompanhamento do processo de homologação e da liberação dos recursos financeiros diretamente no portal. O Senhor **José Eduardo Tosato** (Coordenador Executivo da Casa Civil do Estado da Bahia, convidado externo) concluiu sua exposição às doze horas e vinte e sete minutos. **7. Debates e manifestações dos conselheiros.** Abertos os debates, o Senhor **Raimundo Nonato** (Representante da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU) enfatizou a relevância do reconhecimento formal, por parte do Poder Público, de povos e comunidades tradicionais que ultrapassam o escopo exclusivo de indígenas e quilombolas. Esclareceu que a civilização de matriz Bantu (oriunda de regiões como Angola, Congo e Moçambique) constitui a base estruturante da formação histórica, linguística, social e cultural do Brasil. Destacou que a ACBANTU, fundada em 3 de dezembro de 2000, atua na salvaguarda da história da população negra e na promoção de ações que assegurem o pleno exercício dos direitos civis e políticos dos povos tradicionais afrodescendentes. Ressaltou, ademais, que sua comunidade se insere no contexto rural e solicitou infraestrutura de instalações físicas mais amplas para as futuras reuniões do CEDRS. Com a palavra,



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

o Senhor **Ubiramar Bispo de Souza** (Representante da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET) direcionou seus cumprimentos à Senhora **Elisabete de Oliveira Costa Santos** (Secretária de Desenvolvimento Rural e Presidente do CEDRS) pelo empenho na articulação integrada entre a gestão estadual e as organizações da sociedade civil. Ratificando o posicionamento da ACBANTU, reivindicou maior visibilidade e apoio institucional aos povos ciganos e aos pescadores artesanais, defendendo que esses segmentos sejam reconhecidos a partir de suas identidades originárias de autoatribuição, evitando enquadramentos genéricos em grupos com os quais não possuem identificação. O Senhor **Thiago dos Santos Xavier** (Representante da Secretaria do Planejamento – SEPLAN) pontuou a necessidade do alinhamento rigoroso das propostas apresentadas com os instrumentos de planejamento governamental, especificamente o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ressaltou o papel institucional da SEPLAN no aprimoramento e suporte orçamentário-financeiro dos programas executados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). A Senhora **Soraya Luiza Correia dos Santos** (Representante da Frente de Trabalhadores Livres – FTL) cobrou maior transparência no repasse de informações ao Conselho acerca da destinação dos investimentos públicos na agricultura familiar. Pleiteou, ainda, a adoção de procedimentos mais democráticos e isonômicos na condução das inscrições e concessão da palavra aos conselheiros durante as sessões do CEDRS. O Senhor **Carlos Alberto F. dos Santos** (Representante do Movimento de Luta pela Terra – MLT) alertou que os efeitos das estiagens e os riscos de incêndios florestais não se restringem ao Semiárido baiano, alcançando com gravidade a região da Mata Atlântica e o Sul do Estado (região cacaujeira de Ilhéus e Itabuna), requerendo atenções e investimentos específicos. O Senhor **Clérison Belém** (Representante da Articulação do Semiárido – ASA) ponderou que o Plano Safra não deve se limitar à oferta de crédito financeiro, sendo imperioso estruturar o plano de produção do agricultor familiar para identificar e sanar os gargalos operacionais. Sugeriu a adoção de selos identificadores no âmbito do PRONAF e apontou distorções nas taxas de juros, que desestimulam a transição do PRONAF B para o PRONAF Agroecologia. Reconheceu os avanços da SDR, mas registrou crítica severa à lentidão do processo de regularização fundiária, avaliando que a titulação de apenas dois territórios tradicionais é insuficiente frente à demanda existente. Em relação ao El Niño, defendeu ações estruturantes de longo prazo e propôs a ampliação expressiva de cisternas voltadas à produção, visto que a entrega histórica concentrou-se precipuamente em cisternas de consumo humano (mais de 1 milhão) em detrimento das produtivas (cerca de 300 unidades). Em réplica às intervenções, o Senhor **José Eduardo Tosato** (Casa Civil) reafirmou que as diretrizes do Governo do Estado priorizam o atendimento aos povos e comunidades tradicionais. Esclareceu que, segundo os modelos meteorológicos, o fenômeno El Niño trará impactos mais severos à região do Semiárido, ao passo que a Costa Baiana e a Região da Mata Atlântica apresentarão dinâmicas climáticas distintas. O Senhor **Paulo Alexandre** (Superintendente de Desenvolvimento Agrário – SDA) interveio para esclarecer que a Superintendência está envidando esforços para otimizar os indicadores de regularização fundiária, colocando como prioridade a emissão de títulos coletivos para terras de povos e comunidades tradicionais. A Senhora **Kamilla Ferreira** (Coordenadora do Projeto Sertão Vivo), em resposta ao questionamento do Senhor **Carlos Alberto** (MLT), esclareceu que a proposição de criação de uma Câmara Técnica para o acompanhamento do projeto constitui uma sugestão aberta ao plenário, podendo alternativamente ser estruturada na forma de Grupo de Trabalho (GT).



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

Retomando a palavra, o Senhor **Ubiramar Bispo de Souza** (CET) destacou a necessidade de políticas voltadas ao fortalecimento da juventude rural e à expansão da Educação do Campo, enfatizando a consciência ambiental e a agroecologia como pilares indissociáveis da agricultura familiar. Concluiu tecendo críticas a gargalos burocráticos na gestão municipal que travam o avanço das políticas estaduais na ponta. Por fim, o ponto de **Análise e Homologação dos CMDS/CMDRS**, foi apresentado pelo Sr. **Nielson Pereira da Silva** (Diretoria de Políticas Territoriais – SUTRAG) que informou ao plenário o parecer favorável à solicitação apresentada com base no parecer favorável da Comissão e Avaliação do CEDRS para a homologação do CMDS Itabela e parecer favorável da SUTRAG em relação ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do município de Itabela, com base em documentação analisada e diálogo com a Comissão de Avaliação, tendo submetido o processo ao Conselho Estadual para homologação.

8. DELIBERAÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CEDRS) Os Conselheiros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), no uso de suas atribuições regimentais e após a devida apreciação dos processos e matérias constantes do expediente, DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, pela aprovação dos pleitos de credenciamento, renovação de credenciamento e homologação das decisões ad referendum, conforme especificação a seguir: **Solicitações de Credenciamento Aprovadas:** CATDER – Cooperativa de Assistência Técnica e Desenvolvimento Rural (CNPJ: 32.395.276/0001-02 – Itanagra/BA); CARAS – Central de Articulação da Reforma Agrária no Semiárido (CNPJ: 17.288.240/0001-36 – Cícero Dantas/BA); GEO AGRO – Geo Agro Consultoria Ltda. (CNPJ: 24.540.735/0001-76 – Coribe/BA); REPENSAR – Associação dos Estudantes de Ciências (CNPJ: 05.870.933/0001-53 – Paulo Afonso/BA); SUPORTE RURAL – Suporte Rural Ltda. (CNPJ: 13.134.551/0001-90 – Guaratinga/BA); COOPAÇAÍ – Cooperativa dos Produtores de Açaí da Bahia (CNPJ: 40.994.321/0001-73 – Igrapiúna/BA). **Solicitações de Renovação de Credenciamento Aprovadas:** PROTERRA – Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CNPJ: 15.370.985/0001-14 – Muritiba/BA); COOPSER – Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Pesquisa e Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (CNPJ: 10.015.101/0001-90 – Feira de Santana/BA); ISB – Instituto do Semiárido Baiano (CNPJ: 24.948.223/0001-43 – Livramento de Nossa Senhora/BA); PMT – Prefeitura Municipal de Teolândia (CNPJ: 14.196.042/0001-54 – Teolândia/BA); CASA – Centro de Agroecologia no Semiárido (CNPJ: 05.497.949/0001-62 – Guanambi/BA); TERRA VIVA – Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (CNPJ: 63.178.131/0001-83 – Itamaraju/BA); IC – Instituto Cabruca (CNPJ: 09.238.771/0001-96 – Arataca/BA); COOAP – Cooperativa Agrícola de Pau Brasil (CNPJ: 42.183.855/0001-45 – Pau Brasil/BA); COOPSER – Cooperativa Ser do Sertão (CNPJ: 10.481.167/0001-75 – Pintadas/BA); COOPAFEBA – Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária e Agricultores Familiares do Estado da Bahia Ltda. (CNPJ: 97.548.261/0001-82 – Una/BA); AGENDHA – Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (CNPJ: 05.900.819/0001-29 – Paulo Afonso/BA); IDRAN – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e Ambiental (CNPJ: 17.097.204/0001-95 – Cocos/BA); Fundação APAEB – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (CNPJ: 63.103.634/0001-90 – Valente/BA); ARESOL – Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (CNPJ: 09.588.172/0001-00 – Senhor do Bonfim/BA); ASBRACOOOP – Associação Brasileira de Combate à Pobreza (CNPJ: 01.037.984/0001-48 – Rio do Pires/BA); BARRIGUDA – Centro de Desenvolvimento Socioambiental (CNPJ: 07.977.285/0001-64 – Lapão/BA); CEDASB – Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CNPJ:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

07.992.812/0001-00 – Vitória da Conquista/BA); CONVALE – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Jiquiriçá (CNPJ: 18.163.789/0001-67 – Maracás/BA); IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (CNPJ: 63.094.346/0001-16 – Juazeiro/BA); AMEX – Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (CNPJ: 11.314.360/0001-84 – Canavieiras/BA). **9. Homologação de Credenciamentos Ad Referendum do CEDRS:** AAPAF-JAQUEIRA – Associação Agroecológica Produtiva de Agricultores Familiares Jaqueira (CNPJ: 39.926.376/0001-67 – Amargosa/BA); ECOSERTÃO – Instituto de Desenvolvimento Agroecológico e Sustentável do Nordeste (CNPJ: 14.259.524/0001-06 – Uauá/BA); CECAF-BA – Central Estadual de Associações das Comunidades Tradicionais da Agricultura Familiar e Campesina da Bahia (CNPJ: 03.857.114/0001-40 – Salvador/BA); CPC-BA – Instituto de Desenvolvimento Agroecológico e Sustentável do Nordeste (CNPJ: 11.314.360/0001-84 – Vitória da Conquista/BA); FUMPAB – Central Estadual de Associações das Comunidades Tradicionais da Agricultura Familiar e Campesina da Bahia (CNPJ: 34.433.110/0001-69 – Itabuna/BA).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e seis.

ELISABETE COSTA DE ANDRADE

Presidente do CEDRS

JEANDRO LYTYRHER RIBEIRO

Secretário Executivo do CEDRS

DANILO CONCEIÇÃO SANTOS

Secretário da 80ª Reunião Ordinária

GERALDO CÉSAR SOARES NASCIMENTO FILHO

Secretário da 80ª Reunião Ordinária



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
2ª Avenida, nº 250 – Centro Administrativo da Bahia (CAB)
CEP: 41745-003 Salvador/BA
Tel.: +55 71 3115-6700 Fax: +55 71 3371-0015

ELISABETE COSTA DE ANDRADE

Presidente do CEDRS

LEONARDO TINNER REGINO

Secretário Executivo do CEDRS

BRUNO CORDEIRO SANTOS

Secretário de Gestão do CEDRS

Carla Cristina Soares Nascimento
Assessora de Gestão do CEDRS

Secretaria de Gestão do CEDRS